

Sumário

Índice de Quadros-Resumos

XLI

Capítulo 1	Controle Externo – Origens, Conceitos, Sistemas	1
1.1.	Antecedentes.....	1
1.2.	Democracia e Controle Externo	3
1.3.	Conceitos de controle	3
1.3.1.	Controle na ciência da Administração.....	4
1.3.2.	Controle quanto ao objeto.....	4
1.3.3.	Controle quanto ao momento de sua realização	5
1.3.4.	Controle quanto ao posicionamento do órgão controlador	6
1.3.5.	Outras classificações	9
1.3.6.	Conceito de Controle Externo.....	9
1.4.	Sistemas de Controle Externo e Entidades de Fiscalização Superiores – EFS	10
1.4.1.	Sistema de Auditoria ou Controladoria-Geral	12
1.4.2.	Sistema de Tribunal de Contas	13
1.4.3.	Outras classificações	14
1.5.	Tribunais de Contas no Brasil	15
1.6.	TCU nas diversas Constituições brasileiras	17
1.7.	Tribunais de Contas estaduais e municipais	20
1.8.	Intosai e as Declarações de Lima, do México e de Moscou	20

1.9.	Olacefs	22
1.10.	Atricon e Audicon	23
1.11.	Novos desafios do Controle Externo.....	23
1.12.	Controle social.....	24
1.13.	Para saber mais	27

Capítulo 2 Normas Constitucionais sobre o Controle Externo 29

2.1.	A topografia do controle externo na Constituição Federal	30
2.2.	Abrangência do controle externo (CF: art. 70, <i>caput</i>)	31
2.2.1.	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial	32
2.2.2.	Fiscalização operacional.....	33
2.2.3.	Legalidade e legitimidade	33
2.2.4.	Economicidade	35
2.2.5.	Aplicação das subvenções e renúncia das receitas.....	38
2.3.	Quem deve prestar contas (CF: art. 70, parágrafo único)	40
2.4.	Competências constitucionais do TCU (CF: art. 71, <i>caput</i> e incisos I a XI).....	46
2.4.1.	Apreciar as contas anuais do Presidente da República (CF: art. 71, I).....	47
2.4.2.	Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos (CF: art. 71, II).....	49
2.4.3.	Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares (CF: art. 71, III).....	52
2.4.4.	Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional (CF: art. 71, IV)	54
2.4.5.	Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais (CF: art. 71, V)	55
2.4.6.	Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal ou a municípios (CF: art. 71, VI)	56
2.4.7.	Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas (CF: art. 71, VII)	57
2.4.8.	Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos (CF: art. 71, VIII, IX e XI)	59
2.5.	Sustação de atos e contratos (CF: art. 71, X e §§ 1º e 2º).....	60

2.6.	Eficácia das decisões do TCU (CF: art. 71, § 3º)	62
2.7.	Relatórios ao Congresso Nacional (CF: art. 71, § 4º)	62
2.8.	Atuação da Comissão Mista (CF: art. 72).....	62
2.9.	Composição do TCU (CF: art. 73).....	63
2.9.1.	Requisitos para a nomeação de Ministro (CF: art. 73, § 1º)...	65
2.9.2.	Processo de escolha de Ministros do TCU (CF: art. 73, § 2º).....	66
2.9.3.	Prerrogativas dos Ministros (CF: art. 73, § 3º).....	68
2.9.4.	Garantias dos Auditores/Ministros Substitutos (CF: art. 73, § 4º)	68
2.10.	Controle interno (CF: art. 74)	70
2.11.	Apuração de denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades (CF: art. 74, § 2º)	71
2.12.	Organização dos Tribunais de Contas dos estados, Distrito Federal e municípios (CF: art. 75)	71
2.13.	Fiscalização nos municípios (CF: art. 31).....	73
2.14.	Parecer prévio sobre as contas de Governo de Território (CF: art. 33, § 2º)	76
2.15.	Intervenção da União nos estados e no Distrito Federal (CF: art. 34, VII, <i>d</i>)	77
2.16.	Intervenção em município (CF: art. 35, II).....	77
2.17.	Competência exclusiva do Congresso Nacional (CF: art. 49, IX e X)	78
2.18.	Competência privativa da Câmara dos Deputados (CF: art. 51, II).....	79
2.19.	Competência privativa do Senado Federal (CF: art. 52, III, <i>b</i>)	80
2.20.	Competência privativa do Presidente da República (CF: art. 84, XV e XXIV)	81
2.21.	Competência do Supremo Tribunal Federal (CF: art. 102, I, <i>c, d, i e q</i>)	81
2.22.	Competência do Superior Tribunal de Justiça (CF: art. 105, I, <i>a</i>)	82
2.23.	Competências do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público (CF: arts. 103-B, § 4º, e 130-A)	82
2.24.	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas (CF: art. 130)	84
2.25.	Cálculo dos Fundos de Participação (CF: art. 161, parágrafo único)	85
2.26.	Lei complementar sobre fiscalização financeira (CF: art. 163, V)	86
2.27.	Emenda Constitucional nº 103/2019 (reforma previdenciária)	87
2.28.	Emenda Constitucional nº 105/2019 (emendas impositivas).....	87
2.29.	Emenda Constitucional nº 106/2020 (regime extraordinário fiscal)....	87

2.30.	Emenda Constitucional nº 108/2020 (Novo FUNDEB).....	88
2.31.	Disposições constitucionais gerais (CF: art. 235, III e X).....	89
2.32.	Para saber mais	89

Capítulo 3 Tribunais de Contas – Funções, Natureza Jurídica e Eficácia das Decisões 91

3.1.	Funções dos Tribunais de Contas	91
3.1.1.	Função fiscalizadora	92
3.1.2.	Função opinativa.....	93
3.1.3.	Função julgadora	93
3.1.4.	Função sancionadora	93
3.1.5.	Função corretiva.....	94
3.1.6.	Função consultiva	94
3.1.7.	Função informativa.....	94
3.1.8.	Função ouvidora	95
3.1.9.	Função normativa.....	96
3.2.	Natureza jurídica das Cortes de Contas	96
3.3.	Eficácia das decisões dos Tribunais de Contas.....	102
3.4.	Coisa julgada administrativa	105
3.5.	Para saber mais	107

Capítulo 4 Jurisdição dos Tribunais de Contas 109

4.1.	Polêmica sobre a jurisdição dos Tribunais de Contas	109
4.2.	Jurisdição do TCU.....	115
4.2.1.	Responsável (LOTUCU: art. 5º, I).....	115
4.2.2.	Dano ao erário (LOTUCU: art. 5º, II).....	116
4.2.3.	Dirigentes ou liquidantes (LOTUCU: art. 5º, III)	116
4.2.4.	Empresas supranacionais (LOTUCU: art. 5º, IV)	116
4.2.5.	Serviços sociais (LOTUCU: art. 5º, V)	116
4.2.6.	Demais sujeitos à fiscalização (LOTUCU: art. 5º, VI).....	117
4.2.7.	Recursos repassados (LOTUCU: art. 5º, VII)	117
4.2.8.	Sucessores (LOTUCU: art. 5º, VIII)	118
4.2.9.	Representantes na assembleia (LOTUCU: art. 5º, IX)	119
4.2.10.	Empresas públicas e sociedades de economia mista (RITCU: art. 5º, III)	119

4.2.11.	Unidades jurisdicionadas (IN TCU nº 63/2010).....	120
4.3.	Jurisdição dos Tribunais de Contas estaduais e municipais.....	121
4.4.	Conflitos de jurisdição entre Tribunais de Contas.....	122
4.5.	Para saber mais.....	125

Capítulo 5 Competências Infraconstitucionais das Cortes de Contas 127

5.1.	Introdução.....	127
5.2.	Competências atribuídas pela Lei Orgânica do TCU.....	128
5.2.1.	Fiscalização (LOTUCU: art. 1º, II).....	128
5.2.2.	Acompanhamento da receita (LOTUCU: art. 1º, IV).....	128
5.2.3.	Representar sobre irregularidades (LOTUCU: art. 1º, VIII).....	129
5.2.4.	Atos de administração interna (LOTUCU: art. 1º, X a XV).....	130
5.2.5.	Decidir sobre consulta acerca da aplicação de dispositivos legais e regulamentares (LOTUCU: art. 1º, XVII).....	131
5.2.6.	Poder regulamentar (LOTUCU: art. 3º).....	132
5.2.7.	Requisitar serviços técnicos especializados (LOTUCU: art. 101).....	133
5.3.	Competências previstas no Regimento Interno do TCU.....	134
5.3.1.	Emitir pronunciamento conclusivo (RITCU: art. 1º, IV).....	134
5.3.2.	Auditar projetos e programas (RITCU: art. 1º, V).....	134
5.3.3.	Fiscalizar a aplicação da LRF (RITCU: art. 1º, XIII).....	134
5.3.4.	Acompanhar, fiscalizar e avaliar os processos de desestatização (RITCU: art. 1º, XV).....	134
5.4.	Competências atribuídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei nº 10.028/2000.....	134
5.5.	Competências atribuídas pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 12.462/2011 (RDC).....	138
5.6.	Competência reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.....	141
5.7.	Competências atribuídas por diversos normativos.....	144
5.7.1.	Lista dos inelegíveis (Lei Complementar nº 64/1990 e Lei Complementar nº 135/2010 – Lei da Ficha Limpa).....	144
5.7.1.1.	A decisão do STF no RE 848.826 e no RE 1.231.883.....	145
5.7.2.	Acompanhamento dos processos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992).....	147
5.7.3.	Controle das declarações de bens e rendas (Lei nº 8.730/1993).....	147

5.7.4.	Fiscalização dos recursos do SUS (Decreto nº 1.232/1994 e Lei Complementar nº 141/2012).....	148
5.7.5.	Apoio à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.096/1995 e Lei nº 9.504/1997).....	150
5.7.6.	Fiscalização da LDB (Lei nº 9.394/1996), do Fundef (Lei nº 9.424/1996) e do Fundeb (Lei nº 11.494/2007).....	151
5.7.7.	Fiscalização dos regimes próprios de previdência social (Lei nº 9.717/1998)	153
5.7.8.	Apoio às Câmaras Municipais (Lei nº 9.452/1997).....	154
5.7.9.	Criação de página na Internet (Lei nº 9.755/1998)	154
5.7.10.	Fiscalização da aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (Lei nº 10.264/2001)	155
5.7.11.	Lei das Agências de Águas (Lei nº 10.881/2004)	155
5.7.12.	Concessão de Florestas (IN TCU nº 50/2006).....	155
5.7.13.	Lei do PAC (Lei nº 11.578/2007).....	156
5.7.14.	Fiscalização dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei nº 11.947/2009)	157
5.7.15.	Veto ao art. 6º da Lei das centrais sindicais (Lei nº 11.648/2008).....	157
5.7.16.	Fiscalização dos recursos transferidos para prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres (Lei nº 12.983/2014).....	158
5.7.17.	Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015).....	159
5.7.18.	Estatuto das Estatais (Lei nº 13.303/2016)	159
5.7.19.	Lei de Recuperação Fiscal (Lei Complementar nº 159/2017)	160
5.7.20.	Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública (Lei nº 13.756/2018).....	161
5.8.	Competências relacionadas com a fiscalização de obras públicas e políticas e programas de governo	161
5.9.	Medidas cautelares relativas a atos administrativos	166
5.10.	Competências relacionadas à emergência de saúde pública (Covid-19).....	169
5.11.	Competências não previstas para o TCU.....	170
5.12.	Para saber mais	172

Capítulo 6	Organização do Tribunal de Contas da União	173
6.1.	Plenário	174
6.1.1.	Matérias de maior complexidade e relevância	174
6.1.2.	Relacionamento com o Congresso Nacional e os Poderes da República	174
6.1.3.	Assuntos de natureza institucional.....	175
6.1.4.	Sanções de maior gravidade	175
6.1.5.	Recursos	176
6.1.6.	Deliberações de maior relevância	176
6.2.	Câmaras	176
6.2.1.	Presidente de Câmara	177
6.2.2.	Empate nas votações de Câmara.....	178
6.3.	Presidência.....	179
6.3.1.	Eleição	179
6.3.2.	Competências do Presidente	180
6.4.	Vice-Presidência	182
6.5.	Corregedoria.....	183
6.6.	Ministros	183
6.7.	Ministros Substitutos (Auditores).....	185
6.8.	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	187
6.8.1.	Composição.....	187
6.8.2.	Procurador-Geral	188
6.8.3.	Competências.....	189
6.8.4.	Ministério Público de Contas nos TCEs e TCMs	192
6.9.	Elaboração de lista tríplice	192
6.10.	Secretaria do Tribunal	193
6.11.	Ouvidoria.....	194
6.12.	Comissões	195
6.13.	Código de Ética dos Servidores do TCU	196
6.14.	Para saber mais	200

Capítulo 7	Processos e Deliberações	201
-------------------	---------------------------------	------------

7.1.	Processos	201
7.1.1.	Especificidades dos processos de controle externo	201

7.1.2.	Tipos de processos.....	203
7.1.3.	Relator.....	204
7.1.4.	Distribuição dos processos.....	204
7.1.5.	Etapas do processo.....	206
7.1.6.	Partes e ingresso de interessados.....	207
7.1.7.	Solicitação de informações ou de cópia.....	208
7.1.8.	Processos urgentes e sigilosos.....	208
7.1.9.	Arquivamento.....	209
7.1.10.	Nulidades.....	209
7.2.	Deliberações	210
7.2.1.	Formas de deliberação.....	210
7.2.2.	Elaboração, aprovação e alteração de atos normativos.....	212
7.2.3.	Jurisprudência	212
7.2.4.	Incidente de uniformização de jurisprudência.....	213
7.3.	Sessões.....	213
7.3.1.	Sessões telepresenciais.....	215
7.3.2.	Sessões virtuais	216
7.3.3.	Pauta das sessões.....	216
7.3.4.	Relação	218
7.4.	Processo de votação	220
7.5.	Outros dispositivos.....	224
7.5.1.	Contagem de prazos.....	224
7.5.2.	Comunicações processuais.....	224
7.5.3.	Publicações.....	226
7.5.4.	Acesso a informações	227
7.5.5.	Aplicação do Código de Processo Civil	227
7.6.	lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019)	228
7.7.	Para saber mais	229
Capítulo 8 Processos de Contas		231
8.1.	Dever de prestar contas	231
8.2.	Normas legais sobre contas.....	234
8.2.1.	Normas previstas na Lei nº 4.320/1964.....	234
8.2.2.	Normas previstas na LOTCU e no RITCU	234
8.2.3.	Normas da LRF sobre escrituração das contas.....	235

8.3.	A INTCU nº 84/2020 e a nova disciplina nos processos de contas	236
8.3.1.	Prestação de contas e tomada de contas: novos conceitos.....	236
8.4.	Normas específicas sobre prestações de contas	238
8.4.1.	Finalidades e princípios	238
8.4.2.	Unidades Prestadoras de Contas, Unidades Apresentadoras de Contas e Rol de Responsáveis	240
8.4.3.	Conteúdo, forma, divulgação e prazos da prestação de contas.....	241
8.5.	Tomadas de contas	245
8.6.	Decisões em processos de contas.....	246
8.6.1.	Sobrestamento de contas.....	247
8.6.2.	Contas diferidas	247
8.7.	Para saber mais	248
Capítulo 9 Tomadas de Contas Especiais		249
9.1.	Conceito.....	249
9.2.	Hipóteses de instauração de TCE	252
9.2.1.	Omissão no dever de prestar contas.....	253
9.2.2.	Não comprovação da aplicação dos recursos.....	254
9.2.3.	Ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.....	255
9.2.4.	Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico com dano ao erário	256
9.2.5.	Determinação pelo TCU	257
9.2.6.	Dispensa de instauração de TCE	258
9.3.	Procedimentos	260
9.3.1.	Responsáveis pela instauração da TCE.....	260
9.3.2.	Pressupostos para instauração de TCE	261
9.3.3.	Prazo de instauração da TCE.....	261
9.3.4.	Etapas de instauração da TCE.....	262
9.3.5.	Notificação	262
9.3.6.	Peças básicas de uma TCE.....	263
9.3.7.	Valor mínimo e prazo máximo para instauração de TCE	264
9.3.8.	Arquivamento de TCE.....	265
9.4.	Encaminhamento da TCE ao Tribunal de Contas da União	266
9.5.	Julgamento das TCEs	267

9.6.	Regras para a quantificação e a atualização de débitos	268
9.6.1.	Recolhimento do débito	269
9.7.	Responsabilidade solidária do ente político.....	269
9.8.	Para saber mais	270

Capítulo 10 Julgamento das Contas 271

10.1.	Critérios de julgamento.....	271
10.2.	Contas regulares.....	273
10.3.	Contas regulares com ressalvas	273
10.4.	Contas irregulares.....	274
10.5.	Consequências de irregularidade	276
10.6.	Fixação da responsabilidade solidária.....	277
10.6.1.	Responsabilidade solidária do parecerista jurídico	279
10.7.	Liquidação tempestiva do débito	280
10.8.	Arquivamento sem julgamento de mérito	282
10.9.	Reabertura de Contas.....	283
10.10.	Julgamento pelo TCU e controle jurisdicional	283
10.11.	Revisão do julgamento pelo TCU	284
10.12.	Execução das decisões.....	285
10.13.	Para saber mais	287

Capítulo 11 Fiscalização a Cargo do Tribunal de Contas e Exercício do Controle Externo 289

11.1.	Evolução da fiscalização nos Tribunais de Contas	289
11.2.	Instrumentos de fiscalização	290
11.2.1.	Levantamento (RITCU: art. 238).....	291
11.2.2.	Auditoria (RITCU: art. 239).....	292
11.2.3.	Inspeção (RITCU: art. 240)	293
11.2.4.	Acompanhamento (RITCU: arts. 241 e 242).....	293
11.2.5.	Monitoramento (RITCU: art. 243)	294
11.2.6.	Auditorias coordenadas e Relatórios Sistêmicos de Fiscalização – FISC.....	295
11.3.	Execução da fiscalização	295
11.4.	Contas do Presidente da República.....	299
11.4.1.	Normas de apresentação.....	299

11.4.2.	Exame pelo TCU	301
11.4.3.	Consequências da rejeição das contas.....	304
11.4.4.	Divulgação	305
11.5.	Atos sujeitos a registro.....	305
11.5.1.	Súmula Vinculante nº 3 do STF	310
11.6.	Fiscalização de atos e contratos.....	312
11.7.	Fiscalização de convênios e instrumentos congêneres	313
11.8.	Fiscalização de obras	316
11.9.	Fiscalização da desestatização	317
11.10.	Fiscalização do terceiro setor, serviços sociais, consórcios públicos, parcerias público-privadas e fundações de apoio a instituições federais de ensino.....	317
11.10.1.	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips.....	317
11.10.2.	Organizações Sociais	318
11.10.3.	Organizações da Sociedade Civil.....	319
11.10.4.	Sistema S.....	321
11.10.5.	Consórcios Públicos	321
11.10.6.	Parcerias Público-Privadas.....	322
11.10.7.	Fundações de apoio a instituições federais de ensino	323
11.11.	Apuração de denúncias e representações	325
11.11.1.	Denúncias.....	325
11.11.2.	Representações.....	327
11.12.	Fiscalização em políticas e programas de governo	328
11.13.	Outras fiscalizações	328
11.13.1.	Benefícios fiscais	328
11.13.2.	Declarações de bens e sigilo.....	329
11.13.3.	Entidades Fechadas de Previdência Privada	329
11.13.4.	Fiscalização de serventias extrajudiciais.....	330
11.14.	Limites ao poder de fiscalização dos Tribunais de Contas	331
11.14.1.	Sigilo bancário e fiscal	331
11.15.	Consequências da fiscalização exercida pelos Tribunais de Contas	337
11.16.	Para saber mais	338

Capítulo 12 Controle Interno 339

12.1.	Conceito.....	339
--------------	---------------	-----

12.2.	Princípios do controle interno	341
12.3.	Evolução do controle interno	342
12.4.	LRF e o controle interno	344
12.5.	Organização do controle interno no governo federal	344
12.5.1.	Competências legais do controle interno.....	347
12.5.2.	Objetivos do controle interno.....	352
12.5.3.	Prerrogativas do controle interno	353
12.5.4.	Normas relativas a servidores do controle interno	353
12.5.5.	Controle interno dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público	354
12.5.6.	Controle interno no Estatuto das Estatais (Lei nº 13.303/2016)	354
12.6.	Referencial técnico da atividade de auditoria interna governamental	355
12.6.1.	Inovações da IN CGU nº 3/2017: as linhas de defesa da gestão	355
12.6.2.	Princípios e requisitos éticos	356
12.6.3.	Técnicas de auditoria	357
12.7.	Atuação do controle interno em processos de contas e tomadas de contas especiais.....	358
12.7.1.	Auditoria nas contas	358
12.7.2.	Certificação das contas	360
12.7.3.	Remessa das contas ao TCU.....	363
12.8.	Obrigatoriedade da estruturação do controle interno nos estados e municípios	365
12.9.	Controle interno e auditorias privadas	365
12.10.	CGU e o acesso a informações (Lei nº 12.527/2011).....	365
12.11.	CGU e o conflito de interesses (Lei nº 12.813/2013).....	366
12.12.	CGU e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013)	367
12.13.	Governança e controle interno (Decreto nº 9.203/2017)	371
12.14.	LINDB e Controle Interno – Termos de ajustamento de gestão (Decreto nº 9.830/2019)	372
12.15.	CGU e compartilhamento de informações (Decreto nº 10.209/2020)	373
12.16.	Para saber mais	374

Capítulo 13 Direito de Defesa e Recursos 375

13.1.	Fundamentos constitucionais e princípios	375
-------	--	-----

13.2.	Audiência.....	381
13.3.	Citação.....	381
13.4.	Oitiva	383
13.5.	Revelia.....	384
13.6.	Procedimentos legais e regimentais	384
13.6.1.	Pedido de vista	384
13.6.2.	Juntada de documentos	385
13.7.	Modalidades recursais	386
13.8.	Recurso de reconsideração	386
13.9.	Pedido de reexame	387
13.10.	Embargos de declaração.....	388
13.11.	Recurso de revisão.....	389
13.12.	Agravo	391
13.13.	Exame de admissibilidade.....	392
13.14.	Outros recursos previstos em normas específicas	395
13.15.	Sustentação oral	395
13.16.	Revisão judicial.....	396
13.17.	Prescrição	397
13.17.1.	Decisão do STF no RE 636.886 – Tema nº 899 de Repercussão Geral	400
13.18.	Decadência.....	401
13.19.	Para saber mais	405
Capítulo 14 Sanções aplicáveis pelos Tribunais de Contas		407
14.1.	Sanções em processos de contas.....	407
14.1.1.	Multa proporcional ao débito (LOTUCU: art. 57)	408
14.1.2.	Multa (LOTUCU: art. 58).....	409
14.1.3.	Encaminhamento dos autos ao Ministério Público da União (LOTUCU: art. 16, § 3º)	413
14.2.	Sanções em ações de fiscalização.....	414
14.2.1.	Multa por sonegação de documentos ou informações (LOTUCU: art. 42).....	414
14.2.2.	Multa por irregularidade constatada (LOTUCU: art. 43)	415
14.2.3.	Inabilitação (LOTUCU: art. 60 e RITUCU: art. 270)	415
14.3.	Sanções relativas a licitações e contratos	416
14.3.1.	Declaração de inidoneidade (LOTUCU, art. 46).....	416

14.4.	Sanções relativas a infrações administrativas contra as finanças públicas (LRF e Lei nº 10.028/2000).....	420
14.5.	Outras multas	421
14.6.	Determinações, ciências e recomendações.....	422
14.7.	Medidas cautelares que afetam diretamente os gestores e responsáveis.....	424
14.7.1.	Afastamento temporário do responsável (LOTUCU: art. 44)	424
14.7.2.	Arresto dos bens (LOTUCU: art. 61)	428
14.8.	Independência das instâncias	429
14.9.	Responsável falecido	431
14.10.	Para saber mais	431

Palavras Finais **433**

Miniglossário **435**

Referências **447**